

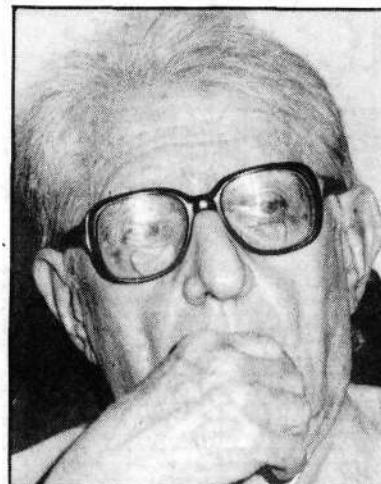
Planalto estuda sistema parlamentarista misto

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney tem manifestado a seus assessores mais diretos preferência pela adoção do sistema de governo parlamentarista misto, que, ao contrário do que acontece em outros países, excluiria a possibilidade de dissolução do Parlamento, por ele considerada medida de difícil adaptação à realidade política brasileira e de pouca aceitação entre os Deputados e Senadores. O sistema misto, de resto, está sendo objeto de estudo por parte de juristas ligados ao Presidente, que vem acompanhando atentamente a evolução da iniciativa. Concluído o exame da matéria, Sarney deverá discuti-la com o Presidente da Constituinte e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães.

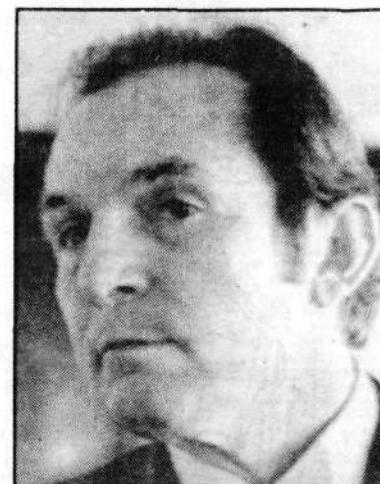
No parlamentarismo misto, que poderia ser adotado na futura Constituição, o Presidente da República terá o poder de nomear o Primeiro-Ministro, depois que o nome por ele indicado for aprovado pelo Parlamento, que, por sua vez, poderá rejeitar até duas vezes as indicações. Na terceira vez, o Presidente terá liberdade de fazer a nomeação sem consulta ao Parlamento. Ele terá também prioridade para escolher chefes militares, o Procurador e o Consultor-Geral da República.

Se adotado o sistema, observou um assessor do Palácio do Planalto, o Congresso poderá recuperar suas prerrogativas e participar mais das decisões do Governo. Ele terá o poder até mesmo de, através de moção ao Primeiro-Ministro, rejeitar a indicação de qualquer Ministro de Estado.

O assessor enfatizou que o Presi-



Arinos e Cabral acompanham os estudos sobre o sistema de governo



dente sempre teve convicções parlamentaristas e vê com bons olhos o sistema adotado na Inglaterra. Entretanto, diz ainda o informante, Sarney acha que no caso do Brasil será necessário criar outros mecanismos compatíveis com a realidade, sem entrar em choque com a classe política.

Pelos menos dois constituintes, o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) estão acompanhando os estudos e, sempre de acordo com o assessor do Palácio do Planalto, poderão discutir melhor a idéia entre seus colegas.

Ainda não há uma definição sobre a duração do mandato do Presidente da República no sistema parlamentarista. Os juristas estão divididos entre cinco e seis anos. Quanto ao

debate em torno do mandato do atual Presidente, o mesmo assessor ressaltou que José Sarney está mais preocupado hoje em concluir pelo menos o seu último ano de governo com um saldo positivo no seu currículo e em conseguir superar as crises do País.

Segundo ele, entretanto, a definição isolada do mandato de Sarney é uma preocupação no Palácio do Planalto. O entendimento é de que essa definição deve ser vinculada à decisão sobre o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo.

— O Presidente quer saber em que condições vai exercer o seu mandato depois da Constituinte e por isso é fundamental também definir a ordem econômica e social do País — concluiu o assessor.

PMDB e PFL disputam agora cargo nas comissões

A poeira, resultado das divergências em torno do Regimento Interno, ainda não assentou, mas o PMDB e o PFL já estão metidos numa nova disputa: a dos cargos nas comissões da Constituinte. O Presidente da Fundação Pedroso Horta, órgão de estudos do PMDB, Senador Severo Gomes, pleiteia a função de relator da Comissão da Ordem Econômica e já começou a negociar com as bancadas estaduais e a cúpula do partido a indicação de outros nomes para as demais comissões.

Da relação de Severo Gomes, costurada a partir de uma série de reuniões e consultas às bancadas e aos governadores, fazem parte

o Senador José Fogaça (RS), para a Comissão de Ordem Social; Euclides Scalco para a Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Esportes, Comunicação e Ciência e Tecnologia; e o ex-Líder do partido Deputado Pimenta da Veiga (MG), para a do Sistema Tributário. Pimenta da Veiga corre por fora na disputa do mais cobiçado cargo da Constituinte: o de relator da Comissão de Sistematização, encarregada da redação final da nova Carta. Estão também nesse páreo os Senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O PFL contra-ataca: quer a presidência da Comissão

de Sistematização para o Senador Afonso Arinos (RJ) e deseja fazer o Deputado Saulo Queiroz (MG) relator da Comissão de Organização Partidária. O Líder do PFL, José Lourenço, procurou ontem minimizar a luta que se inicia. Disse que não há posições fechadas e que PMDB e PFL certamente vão se entender na divisão dos cargos nas comissões.

— Onde o PMDB quiser a presidência, o PFL poderá indicar o relator — acrescentou.

Já o Líder do PFL no Senado, Senador Carlos Chiarelli, é mais exigente. Ele defende que a presidência de pelo menos duas das oito comissões sejam entregues ao seu partido.

Ulysses visita outro gabinete que vai ocupar

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães visitou ontem o seu gabinete de Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o quarto a que tem direito pelos cargos que ocupa: Presidente da Câmara, Presidente do PMDB e mais o de Deputado, no seu caso duas vezes maior do que os demais, por ser também o Presidente da Casa.

O novo gabinete, de 340 metros quadrados, destina-se originalmente ao Vice-Presidente da República. Agora, reformado, toda a área será destinada à Presidência da Constituinte e uma das primeiras salas será cedida ao Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna.

Depois de constatar que tudo estará pronto para a instalação das comissões da Constituinte, na semana que vem, Ulysses desabafou:

— Por isso fiquei desesperado com o negócio de o Senado funcionar e lutei tanto para estar tudo pronto à disposição da Constituinte.

Texto do Regimento sofre alterações

BRASÍLIA — O Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, depois de sua aprovação por voto simbólico, recebeu ainda 13 alterações.

Com isso, a redação final do Regimento, segundo o próprio autor da proposta, Fernando Henrique Cardoso, deverá ser encaminhada para o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, somente na próxima segunda-feira, para que seja votado imediatamente —

como determinam as normas preliminares para o funcionamento da Assembleia. E a eleição da Mesa e o início das atividades das comissões serão adiadas por mais três dias.

Além de uma proposta do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que reduz a presença obrigatória de 94 para 56 constituintes, para aprovação de projetos de Resolução —, e da emenda de Maurílio Ferreira Lima

(PMDB-PE), foram aprovadas mais 11 alterações.

O prazo para encaminhamento de sugestões dos constituintes às comissões constitucionais foi ampliado de 25 para 40 dias, bem como o tempo destinado para apresentação do relatório sobre os trabalhos da subcomissão, de 15 para 30 dias. O prazo para que esta apresente o resultado de seus trabalhos à comissão a que pertencer, foi aumentado de 40 para 60 dias.

ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
005